

PO SEUR - 03 - 2016 - 65

APRESENTAÇÃO DO AVISO-CONCURSO

EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NOS EDIFÍCIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CENTRAL

HELENA PINHEIRO DE AZEVEDO

20 Outubro 2016 | Ministério da Saúde

PROGRAMA OPERACIONAL DA SUSTENTABILIDADE E EFICIÊNCIA NO USO DE RECURSOS

EIXO PRIORITÁRIO 1

APOIAR A TRANSIÇÃO
PARA UMA ECONOMIA
COM BAIXAS EMISSÕES
DE CARBONO EM
TODOS OS SETORES

757 M€ Fundo Coesão













PO SEUR - 03 - 2016 - 65

EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NOS EDIFÍCIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CENTRAL



OBJETIVOS GERAIS

- Apoiar projetos que contemplem a implementação medidas de eficiência energética, ativas e passivas, nas infraestruturas públicas da Administração Pública Central
- Obter economias de escala e ganhos de eficiência relevantes em instalações com necessidades de energia mais significativas

Contribuir para a execução do

PNAEE

Meta:

25% de redução de energia

ECO.ap

Meta:

30% de redução de energia no Estado











PO SEUR - 03 - 2016 - 65

EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NOS EDIFÍCIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CENTRAL



TIPOLOGIAS DE OPERAÇÕES (I)

São elegíveis as seguintes tipologias de investimento em edifícios e equipamentos públicos da administração central que visem:

a) Aumentar a eficiência energética



Envolvente opaca dos edifícios (instalação de isolamento térmico em paredes, pavimentos, coberturas e caixas de estore);



Envolvente envidraçada dos edifícios (instalação de caixilharia com vidro duplo e corte térmico (ou equivalente), e respetivos dispositivos de sombreamento);



Substituição ou intervenções dos sistemas existentes por sistemas de elevada eficiência (integração de água quente solar, micro geração, iluminação, aquecimento, AVAC);



Iluminação interior e exterior, excluindo a Iluminação Pública;



Instalação de sistemas e equipamentos para melhorar a gestão de consumos de energia.











PO SEUR - 03 - 2016 - 65

EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NOS EDIFÍCIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CENTRAL



TIPOLOGIAS DE OPERAÇÕES (II)

São elegíveis as seguintes tipologias de investimento em edifícios e equipamentos públicos da administração central que visem:

b) Promover as energias renováveis para autoconsumo

<u>Intervenções que incluem como parte de soluções integradas</u> de e.e.:



Instalação de painéis solares térmicos para produção de água quente sanitária;

Instalação de **sistemas de produção de energia para autoconsumo** a partir de fontes de energia renovável.

c) Avaliar e acompanhar o desempenho e a eficiência energética do investimento



Auditorias, estudos, diagnósticos e análises energéticas necessários à realização dos investimentos;

Diagnóstico "ex-ante" e Avaliação "ex-post"











PO SEUR - 03 - 2016 - 65

EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NOS EDIFÍCIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CENTRAL



TIPOLOGIAS DE OPERAÇÕES (III)

As candidaturas devem <u>apresentar obrigatoriamente</u>:

- Investimentos na tipologia de operação a), e complementarmente nas tipologias b) e/ ou c) do Aviso;
- Apresentar um Certificado Energético relativo ao(s) edifício(s) a intervencionar.

BENEFICIÁRIOS

- Organismos da Administração Central do Estado, constantes na Lista de entidades do Sector Institucional das Administrações Públicas 2015, do INE:
 - ☐ S.1311 Administração Central
 - ☐ S.13111 Estado
 - S.13112 Serviços e Fundos Autónomos da Administração Central

ÂMBITO GEOGRÁFICO

Todas as regiões NUTS II do Continente











PO SEUR - 03 - 2016 - 65

EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NOS EDIFÍCIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CENTRAL



GRAU DE MATURIDADE MÍNIMO EXIGIDO

- Aprovação dos requisitos técnicos das intervenções a realizar, calendário de realização e orçamento das componentes principais da operação que evidenciem a consolidação das soluções técnicas a adotar:
 - Início da execução da operação no prazo máximo de 180 dias após a assinatura do termo de aceitação da operação
- Certificado Energético válido do edifício objeto da operação, devidamente acompanhado do Relatório de Auditoria Energética:
 - Evidência que as intervenções a desenvolver corresponderão a um acréscimo de, pelo menos, dois níveis na classe energética final.











PO SEUR – 03 – 2016 - 65

EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NOS EDIFÍCIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CENTRAL



Prazo Máximo para Conclusão das Operações

 3 anos (36 meses) contados após a data de assinatura do Termo de Aceitação da operação

NATUREZA DO FINANCIAMENTO

De acordo com a Orientação Técnica "Regime a aplicar às subvenções reembolsáveis nos projetos de apoio à eficiência energética, à gestão inteligente e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas da administração Central e Local":

- Subvenção reembolsável, havendo lugar à entrega de pelo menos 70% das poupanças energéticas líquidas até à liquidação da totalidade da subvenção:
 - Aceitação prévia da entrega à Agência I.P. de parte das poupanças energéticas líquidas anuais;
 - Obtenção das devidas autorizações orçamentais.
- Subvenção não reembolsável (auditorias energéticas)











PO SEUR - 03 - 2016 - 65

EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NOS EDIFÍCIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CENTRAL



DOTAÇÃO FINANCEIRA MÁXIMA INDICATIVA E TAXA MÁXIMA DE COFINANCIAMENTO

- Dotação do Aviso: €100.000.000,00 (Fundo de Coesão)
- Dotação máxima por operação: €5.000.000,00
- Taxa máxima de cofinanciamento: 95% do total das despesas elegíveis

PERÍODO PARA RECEÇÃO DE CANDIDATURAS

A receção de candidaturas decorrerá em <u>duas fases, cada</u> <u>uma com uma dotação máxima de 50 milhões:</u>

- 1.ª Fase: De 30 de setembro de 2016 às 23:59h do dia 28 de dezembro de 2016;
- 2.ª Fase: Das 00:00h do dia 29 de dezembro de 2016 às 18:00h do dia 13 de abril de 2017.

A dotação financeira não utilizada na 1ª Fase acumula automaticamente para a 2ª Fase.











PO SEUR - 03 - 2016 - 65

EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NOS EDIFÍCIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CENTRAL



ELEGIBILIDADE DOS BENEFICIÁRIOS

São elegíveis os beneficiários que assegurem:

Declarar ou comprovar:

- ✓ Assegurar que são Organismos da Administração Central do Estado;
- ✓ Cumprimento dos critérios estipulados no artigo 13º do Decreto-Lei n.º 159/2014 de 27 de outubro;
- ✓ Inexistência de impedimentos e condicionamentos estipulados no artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 159/2014 de 27 de Outubro de 2014;
- ✓ Inexistência de salários em atraso, reportados à data da apresentação da candidatura ou até ao momento da assinatura do termo de aceitação.











PO SEUR - 03 - 2016 - 65

EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NOS EDIFÍCIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CENTRAL



ELEGIBILIDADE DAS OPERAÇÕES

São elegíveis as operações que assegurem:

Critérios gerais

• Os critérios gerais de elegibilidade das operações fixados no artigo 5.º do RE SEUR;

Critérios específicos (I)

- A otimização do investimento na perspetiva do interesse público e dos benefícios esperados;
- Uma auditoria energética que demonstre a adequação do investimento;
- Terem sido considerados os requisitos mínimos obrigatórios estabelecidos na Diretiva relativa ao Desempenho Energético nos Edifícios e na Diretiva relativa à Promoção de Energia proveniente de fontes de renováveis;
- O aumento em, pelo menos, dois níveis no certificado de desempenho energético face à categoria de desempenho energético anterior à realização do investimento;











PO SEUR - 03 - 2016 - 65

EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NOS EDIFÍCIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CENTRAL



Critérios específicos (II)

- Gerar benefícios financeiros líquidos positivos, devendo o valor atualizado das poupanças líquidas geradas exceder sempre o valor atualizado do custo de investimento, operação, manutenção e reinvestimento por substituição, <u>se aplicável</u>;
- Incidir apenas sobre infraestruturas já existentes de propriedade e de utilização da Administração Pública, ou seja, cujo beneficiário da redução do consumo de energia seja a Administração Pública;
- No caso de existirem medidas de eficiência energética que incidam em materiais ou elementos que contenham amianto e em que seja necessária a sua remoção, o projeto a apoiar deve obrigatoriamente prever a remoção, substituição e destino final desses materiais, de acordo com a legislação em vigor.

Não são elegíveis as operações cujas intervenções:

- Sejam obrigatórias por lei;
- Tenham beneficiado de cofinanciamento comunitário para a realização de intervenções nas tipologias de operações descritas no Aviso Concurso nos últimos 10 anos.











PO SEUR – 03 – 2016 - 65

EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NOS EDIFÍCIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CENTRAL



ELEGIBILIDADE DE DESPESAS (I)

São elegíveis as despesas:

- Indispensáveis à concretização das operações que vierem a ser aprovadas resultantes dos custos reais incorridos com a realização da operação, conforme Anexo I do Aviso;
- Que comprovadamente visarem e forem indispensáveis à redução de consumos de energia nas infraestruturas candidatas;
- Para efeitos de determinação do montante máximo das despesas elegíveis, serão tidos em conta os custospadrão máximos de investimento definidos pela DGEG, conforme Anexo II do Aviso;
- Investimento em produção de energia elétrica para autoconsumo a partir de FER está limitado a 30% do montante de investimento total elegível;
- Despesas com análises energéticas necessárias ao diagnóstico "ex-ante" ou avaliação "ex-post":
 - Dependentes da realização das medidas de eficiência energética que conduzam à subida em pelo menos dois níveis no certificado de desempenho energético











PO SEUR - 03 - 2016 - 65

EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NOS EDIFÍCIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CENTRAL



ELEGIBILIDADE DE DESPESAS (II)

Não são elegíveis as despesas relacionadas com:

- X Investimentos realizados em edifícios com data anterior a 24-06-2016;
- X Auditorias obrigatórias por lei ou que não relevem para a concretização das intervenções previstas na operação;
- X Intervenções em edifícios que não se encontrem diretamente relacionadas com o aumento do desempenho energético;

(pintura, reforço estrutural, intervenções nas redes elétricas, de abastecimento de água, de saneamento, de ITED);

- X Aquisição de terrenos e constituição de servidões indispensáveis à realização da operação;
- X As demais despesas identificadas como não elegíveis por tipologia de operação no Anexo I do Aviso Concurso;











PO SEUR - 03 - 2016 - 65

EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NOS EDIFÍCIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CENTRAL



ELEGIBILIDADE DE DESPESAS (III)

Não são elegíveis as despesas relacionadas com:

- X **Imputações de custos internos** das entidades beneficiárias;
- X Despesas de consumo corrente ou despesas de funcionamento, assim como despesas que não sejam agregadas em conta específica para a operação;
- X **Despesas de revisões de preços** (caso se tornem efetivas no decurso da operação poderá ser apresentado um pedido de reprogramação à Autoridade de Gestão do PO SEUR).











PO SEUR - 03 - 2016 - 65

EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NOS EDIFÍCIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CENTRAL



ANÁLISE E DECISÃO DE CANDIDATURAS (I)

- Para cada fase de apresentação de candidaturas, as operações que reúnam as condições de acesso serão analisadas e hierarquizadas pelo PO SEUR, por via de avaliação ao Mérito da Operação (MO).
- O MO é determinado em função dos critérios de seleção e coeficiente de majoração, constantes do Anexo IV - "Parâmetros e critérios de seleção e coeficiente de majoração" do Aviso.
- Critérios de seleção:
 - EFICÁCIA:

Contributo da operação para as metas dos indicadores definidos para a Prioridade de Investimento e Objetivo Específico;

• ADEQUAÇÃO À ESTRATÉGIA SETORIAL:

Contributo da operação para a redução das emissões de CO2;

• EFICIÊNCIA, SUSTENTABILIDADE E INOVAÇÃO:

Racionalidade económica das ações previstas na operação; Desempenho energético do edifício.











PO SEUR - 03 - 2016 - 65

EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NOS EDIFÍCIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CENTRAL



ANÁLISE E DECISÃO DE CANDIDATURAS (II)

Para efeitos de priorização das candidaturas, a pontuação final poderá ser majorada, de acordo com o seguinte coeficiente de majoração:

"Instalação de sistemas de produção de energia para auto consumo a partir de fontes renováveis e/ou intervenção na envolvente opaca dos edifícios"

- A decisão de aprovação resulta da hierarquização por ordem decrescente do MO, avaliado de acordo com a formula de cálculo indicada no Aviso – Concurso;
- Para cada fase de apresentação de candidaturas, serão selecionadas as operações que obtenham uma classificação mínima igual ou superior a 2,5 pontos.











PO SEUR - 03 - 2016 - 65

EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NOS EDIFÍCIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CENTRAL



CONTRATUALIZAÇÃO DE REALIZAÇÕES E RESULTADOS

- O beneficiário deve apresentar a proposta de valores de referência, metas e o respetivo ano alvo para a totalidade dos indicadores de realização e de resultado aplicáveis à operação, constantes do Anexo V – Indicadores de Realização e de Resultado ao presente Aviso,
- Serão contratualizados com o PO SEUR os seguintes indicadores de realização e de resultado:

Tipo de Indicador / Designação do Indicador	Unidade de medida
Realização / Redução anual de energia primária nos edifícios públicos	KWh/ano
Realização/Diminuição anual estimada das emissões de gases com efeito de estufa	Toneladas de equivalente CO_2
Resultado / Consumo de energia primária nos edifícios da administração central	Тер











PO SEUR – 03 – 2016 - 65

EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NOS EDIFÍCIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CENTRAL



ESCLARECIMENTOS COMPLEMENTARES

- O PO SEUR pode requerer ao beneficiário esclarecimentos e/ou elementos complementares, os quais devem ser apresentados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis
- Na falta de resposta do beneficiário, a respetiva candidatura será analisada com os documentos e informação disponíveis.

ORIENTAÇÕES ESPECÍFICAS

 Estão disponíveis orientações gerais e técnicas, sob a forma de perguntas e respostas para apoio à apresentação das candidaturas em https://poseur.portugal2020.pt/pt/fags.











FORMALIZAÇÃO DE CANDIDATURAS

- As candidaturas são apresentadas ao POSEUR através da submissão de formulário eletrónico, disponível na página eletrónica do <u>Balcão 2020</u>.
- O acesso ao <u>Balcão 2020</u> obriga ao registo e autenticação prévia do beneficiário antes de candidatar o seu projeto, utilizando para o efeito a sua senha fiscal atribuída pela Autoridade Tributária e Aduaneira.
- O PO SEUR disponibiliza um <u>"Guião de Preenchimento do Formulário"</u>, com explicações sobre as diferentes etapas a realizar na candidaturas ao Portugal 2020.
- O beneficiário deverá preencher e carregar o formulário da candidatura, e incluir:
 - Os documentos discriminados no Guião II -Documentos Instrução Candidatura;
 - O Guião III Ferramenta auxiliar de cálculo do investimento elegível, poupanças líquidas e período de reembolso da subvenção reembolsável.

(disponíveis para descarregar na página do Aviso-Concurso no Balcão 2020)











DECISÃO DE FINANCIAMENTO E PAGAMENTOS

- A comunicação ao beneficiário da proposta de decisão é efetuada no prazo máximo de 60 dias uteis a contar da data limite para submissão de candidaturas ao Aviso.
- A aprovação da candidatura dá lugar à assinatura do Termo de Aceitação, entre o POSEUR e o beneficiário, ficando o beneficiário possibilitado de apresentar os seus pedidos de pagamento no Balcão 2020.
- Com a aprovação do pedido de pagamento pelo PO SEUR, será efetuado o pagamento ao beneficiário no prazo máximo de 30 dias uteis a contar da data de receção do pedido de reembolso.
- Os pagamentos são efetuados <u>até ao limite de 95%</u> do montante aprovado, ficando os restantes **5% condicionados** à apresentação de pedido de pagamento final e **confirmação** da execução da operação nos moldes contratados.











Maiores facilidades no processo de candidatura

[Portal Portugal 2020 e dispensa apresentação de documentos disponíveis na AP]

Projetos alicerçados em **estratégias setoriais** [Planos e Programas Setoriais]

Maiores exigências ao nível da **qualidade e planeamento** das candidaturas

Demonstração da **sustentabilidade e viabilidade** dos investimentos

Prévia identificação dos resultados a atingir [Foco nos resultados que serão contratualizados]

Natureza **estrutural** das **intervenções** e **não financiamento** de infraestruturas **já cofinanciadas anteriormente** por fundos comunitários [não recorrente]













DÚVIDAS **E QUESTÕES?**





https://poseur.portugal2020.pt

Através de email para:



Perguntas Frequentes no menu

Email através do botão:



"Contacte-nos"

em www.portugal2020.pt/Balcao2020



MUITO OBRIGADA PELA ATENÇÃO!

 Regulamento Específico ÚNICO para todo o domínio **SEUR** (PO SEUR e POR):

Portaria 57-B/ 2015

de 27-fev

Portaria 404-A/2015

de 18-nov (1ª alteração)

Portaria 238/2016 de 31-ago

(2º alteração)

Separador "Documentação" em https://poseur.portugal2020.pt Critérios de seleção aprovados e disponíveis no site PO SEUR.

 Ter em conta as disposições fixadas no Aviso e Anexos, Guiões, Orientação Técnica e Ferramenta de Cálculo









